IMAGENS DO PASSADO: A CULTURA MATERIAL ENQUANTO LEGITIMADORA E TESTEMUNHO DA ORDEM SOCIAL ESTABELECIDA PELAS ELITES AGRÁRIAS AÇÚCAREIRAS

Eduardo Augusto de Santana[1]
Ana Lucia do Nascimento Oliveira[2]

RESUMO: Este texto busca trazer algumas considerações acerca da cultura material implantada na Mata Sul pernambucana e como a sua arquitetura refletia as relações de poder e dominação estabelecidas pelos grupos sociais dominantes do mundo açucareiro. Se propondo, desta maneira, a problematizar as representações simbólicas que as imagens daquelas construções endossavam naquela sociedade. Destarte, este trabalho se propõe a discutir a relação simbólica entre a cultura material implantada naquela região, entre os séculos XVI e o XVIII, e as formas pelas quais os grupos dominantes se organizavam, para legitimar o seu poder frente à sociedade da época a partir da manipulação simbólica daquelas construções no passado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural. Imagem e representações simbólicas. Relações de Poder e Dominação.

Este trabalho parte do pressuposto de que as construções feitas para abrigar e representar materialmente as instituições da sociedade colonial açucareira se configuram como símbolos e receptáculos do poder da elite agrária, cujo autoridade buscavam representar através daquelas construções. Assim, essa cultura material tinha função social e simbólica de legitimá-lo e o dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, se transfigurava em imagens representativas de um poder que se materializava dominados e dominadores (Bourdieu, 2007. p. 1-16). Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder religioso que tinha a função de ditar a moral da época e o poder político da casa-grande, que além de referendar o poder econômico,

[1]Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE. É professor pesquisador I do Curso de Licenciatura em História, modalidade EaD, pela UFRPE. Email: duca_augusto@yahoo.com.br
[2]Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE. Email: ananascimentoufrpe@gmail.com

também legitima o modo de produção implantado. Ambas agiam como representantes visuais do poder de uma minoria branca que detinha em suas mãos o controle social.

Naquele cenário, a riqueza advinda do açúcar permitiu que fosse erguidotodo um conjunto arquitetônico que não só pode nos ajudar a compreender o enriquecimento vivenciado pelas vilas, freguesias e povoados açucareiro daquela região, como também permite discutir as relações sociais que determinavam e eram endossadas por meio das representações simbólicas das construções típicas do período. Decorrendo daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno daquelas construções, que eram erguidos nos grandes latifúndios e povoados no passado.

Gilberto Feryre (1935. p. 82) tece uma observação bastante pertinente, cujo trecho está inserido abaixo, que demonstra a importância da pesquisa em história com enfoque na cultura material:

> Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Pode-se inferir, a partir das colocações do autor acima, que a cultura material de um determinado período histórico pode, e muito, contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Sendo assim, um meio capaz de nos oferecer dados a respeito de um determinado contexto histórico e a sua evolução sociocultural. E esse entendimento é de suma importância, pois a cultura material resultante da ocupação territorial da Mata Sul e a consequente consolidação das atividades manufatureiras, ligadas à indústria do açúcar, foram basilares para caracterizar o tipo e o modelo de sociedade implantada e as organizações espaciais posteriores.

A respeito das fontes utilizadas no trabalho, segundo José de D' Assunção Barros (BARROS, 2012, p. 130-131), "tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano". Mais adiante, em outro trecho, o autor se refere aos diversos tipos fontes disponíveis para aqueles que fazem uso da cultura material enquanto fonte de pesquisa, ao dizer que:

> Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de culturamaterial (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador.

Os norteadores teóricos da história sociocultural, ao mesmo tempo em que abrem um imenso leque de possibilidades quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, também trazem consigo imensa responsabilidade quanto ao uso e correto emprego das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. Todavia, apesar de ser bastante desafiador, o resultado do emprego dessas novas fontes e objetos produzem resultados bastante significativos para as novas pesquisas surgidas nesse campo. Destarte, o uso integrado da pesquisa dos espaços, do estudo das edificações, da interpretação das fontes escritas e entrevistas orais produziram resultados bastante promissores para este trabalho.

No passado a Mata Sul pernambucana, foi palco, ainda em meados do século XVI, de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na então capitania de Pernambuco. Essas batalhas foram ensejadas pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos nativos da região, com finalidade de desalojá-los de sua terra ancestral. Toda aquela região se transformou, após as guerras de conquistas e o estabelecimento das vilas açucareiras, em um importante ponto de passagem para as terras incultas dos Sertões (SILVA, 2010. p. 13-77). Dessa maneira, se configurou em uma área de suma importância, tanto no aspecto estratégico militar quanto

economicamente, para o avanço da empresa colonial na América portuguesa, ainda em finais do século XVI, cujo processo se seguirá até os idos do século XVIII.

No lastro das conquistas, diversos núcleos urbanos foram sendo implantados naquela região com vistas a garantir o suporte administrativo, defensivo e político as atividades produtivas ligadas ao açúcar. Parafraseando Lewis Munford (2004), a necessária implantação dos núcleos urbanos nas franjas do mundo açucareiro propiciaram interações, trocas e transações que de outra forma não seriam possíveis. Assim, uma vez incorporadas a empresa colonial os núcleos urbanos tinham um importante papel no ordenamento social. Além do mais, elas serviam para dar o suporte institucional a expansão das terras cultivadas e a consequente aumento da produção açucareira. Desta forma, não era de estranhar que no rastro das conquistasos invasores logo cuidassem de implantar os núcleos urbanos.

Segundo defende Certeau (1998, p. 201) a cidade em sua materialidade plasmada em ruas, praças ou jardins, no sentido estrito de seu planejamento e construção, por exemplo, pode ser lida como um lugar, sem significações simbólicas relevantes para as pessoas, que não teriam estabelecido com ele qualquer vínculo de interação ou afetividade. Contudo, seria a partir do habitar a cidade que ela passa a ser significada e pode ser transmutada em espaço. Afirmamos, por meio dessa premissa, que o lugar é um espaço é aquele lugar ocupado, apropriado e transformado pelas pessoas que nele transitam.

O aprofundamento desse estudo pode trazer significativos apontamento a respeito, não só da tipologia básica das urbes colonial açucareira, como também oferecer pistas a respeito das representatividades simbólicas contidas nos traçados e tipos construtivos da Mata Sul pernambucana. Oferecendo assim, um maior entendimento a respeito das dimensões simbólicas, político-administrativas, culturais, sociais e econômicas das urbes coloniais.

Dito isso, pode-se eleger os templos religiosos como um dos principais tipos arquitetônicos que melhor podem demonstrar o rápido desenvolvimento econômico daquela região. Logo, igrejas, conventos, ermitas, capelas e obras similares que foram

sendo erguidas ao longo desse período e permaneceram até os dias de hoje, teriam muito a nos "dizer" a respeito do período histórico em foram construídas. A importância econômica adquirida, na época, pela região pode ser medida, inclusive, pela fundação, por exemplo, da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio – cuja pedra fundamental foi lançada em 1606 pelos franciscanos – e da Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situados na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII; e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antônio do Cabo, e também construído no século XVII.

Sobre os conventos German Bazin (1956. p. 138) comenta que as primeiras construções religiosas na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias primas que tinham pouca resistência, como madeira e argila, empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses, como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, a moda indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira. Isso se dava principalmente pela ausência de pedras adequadas como as usadas em Portugal para esses tipos de construções. Habilmente, porém, os franciscanos souberam superar as adversidades impostas pelo meio, adaptando os recursos naturais disponíveis para atender às suas necessidades. Além do mais, conforme a freguesia crescia em prestígio e recursos, foi sendo possível mandar trazer de fora materiais construtivos que eram escassos ou inexistentes na região, inclusive podendo dispor de mão de obra mais qualificada. Havia, possivelmente, um cuidado em transmitir a ideia de riqueza, requinte, devoção, fé e submissão a Deus – e, claro, aos seus representantes terrenos –, por intermédio desses tipos construtivos.

No que se refere às casas-grandes, o arquiteto Geraldo Gomes (1997, p. 187) nos diz que a documentação mais antiga referente a essas construções do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Todavia, ele afirma que, no que diz respeito aos seus tipos construtivos, é provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas

através do tempo. É importante lembrar que as casas-grandes representavam materialmente o poder do senhor de engenho frente à comunidade que vivia em volta do latifúndio, os seus familiares, os agregados e os trabalhadores livres e escravizados, que giravam em sua órbita. Ou seja, era a representação do poder político e econômico da classe senhorial diante de abastados, remediados e grupos subalternos.

As festas regadas a toda sorte de iguarias e requintes que ocorriam no interior das casas-grandes cumpriam a dupla função de atestar o prestígio social e o poderio do senhor da casa. Algo que, naquele período, era bastante apreciado pelas elites locais e inteligível aos grupos sociais subalternos. O império da casa-grande, não raramente, era aferido por meio da extravagância dessas solenidades, por meio do afluxo de importantes personagens locais que prestigiavam esses eventos no passado. Segundo Freyre (2006. p. 99-101), estas extravagâncias se destinavam a impressionar visitantes, religiosos ou autoridades de passagem pelos engenhos. De certa forma, isso garantia aos integrantes da elite canavieira a posse de um capital social e simbólico que lhes garantia uma série de vantagens e privilégios em razão dos relacionamentos sociais e contatos firmados entre si através de uniões matrimoniais, sociedades econômicas, interesses sociais e políticos em comum.

O senhor de engenho tinha ao seu redor uma gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que sua força emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento dado a todo esse séquito pessoas, segundo foi escrito ainda, no início do século XVIII, pelo jesuíta André João Antonil (1982, p. 75-76):

> O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. ...Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho... Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos ...barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um

> feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes oficiais tem soldada. (...)
> Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

Na imagem, abaixo, temos a representação de um engenho colonial do século XVII, conhecida como a Casa-grande do Engenho Megaípe, mas que foi demolida por volta de 1922. Essa imagem nos permite vislumbrar a sobriedade e o porte majestoso que aquelas casas fortalezas detinham no passado. De fato, era um perfeito exemplar dá monumentalidade daquelas construções, pois representam, dentro da atmosfera cultura da época, o poder político e econômico dos grupos dominantes. A sua imponência a coloca em destaque dentro da paisagem bucólica do engenho.

Imagem 01 – Casa-Grande – Engenho Megaípe em Jaboatão dos Guararapes (Século XVII)



Fonte: http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2014/11/megaipe-na-pintura.html

Em se tratando das capelas de engenho, Gomes (1997, p. 2015-216) diz que são os edifícios que menos sofreram modificações através do tempo. Elas eram construções que, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais, apesar de, vez por outra, ter havido algumas tentativas de adaptação desses templos ao gosto contemporâneo. Alguns modelos, cuja existência fora documentada pelos holandeses no século XVII, foram reproduzidos, com algumas alterações, até o século XIX. As capelas pelo que se sabe, desde o início, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo.

Conforme afirmou a Fátima Quintas (2007. p. 89-122), a catedral perdeu para a capela de engenho, embora esta fosse pequena, simples e rusticamente construída, enquanto aquela era erguida em alicerces e em dimensões artísticas mais requintadas. Entretanto, a soberania plástica não foi suficiente para fazer frente ao império dos oligopólios açucareiros. A importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo, acreditava-se, estava cheio de maus-olhados. Segundo acreditavam, com deus como patrono, o trabalho havia garantias do sucesso e da prosperidade da safra e da produção daquele ano.

A capelas eram geralmente instaladas no mesmo nível de local de construção das casas-grandes, sinalizado que esses templos eram também responsáveis pelo ordenamento social, através da legitimação da ordem estabelecida por meio do discurso religioso que agia de acordo os interesses dos grupos dominantes. Portanto, juntamente com a casa-grande, a capela de engenho era crucial para a configuração e estabelecimento dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico dessas unidades produtoras. Era no interior daqueles templos onde se realizavam os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado, sendo o lugar de “descanso ou de sepultamento dos

membros da família do senhor. Os mortos enterrados nessas capelas – que representavam uma espécie de extensão da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo em uma presença mais etérea do que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

Ainda no final do século XVIII e, mais ainda, no decorrer do século XIX, esse "culto" à memória dos mortos encontrará a sua justificativa no fato de que as antigas famílias senhoriais estarem perdendo o prestígio socioeconômico que possuíam no passado; ou porque os mortos contabilizavam brasões denotativos que ainda lhes rendiam algum prestígio social; ou, ainda, porque os mortos canibalizavam posições sociais que começavam a ruir. Na família patriarcal, a interação deu-se tão forte que os mortos ganharam a forma de fantasma, assombrações que se personificavam para alimentar a lembrança dos tempos de outrora, quando os senhores inseriam-se no topo da pirâmide social.

A sua relevância simbólico-religiosa se mostrou tão latente naquele meio que, dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho, o capelão era, talvez, o mais importante dos colabores livres a serviço do senhor de engenho:

> A que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (...) entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boas mãos. (ANTONIL, 1982. p. 81)

Quanto às suas características arquitetônicas e artísticas, José Luiz da Mota Menezes (2007. P. 134-135) afirma que as capelas seguiram, com o decorrer do tempo, os modelos que podem se associar do Maneirismo ao Neoclássico, e, inclusive, seus últimos exemplares são vinculados ao Ecletismo. O Brasil, durante o período colonial, tem como representantes do Barroco apenas um pequeno número de capelas, ao gosto artístico que o antecedeu na Europa, chamado de Protobarroco, ou Maneirismo.

Imagem 2 - Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Oiteiros de Ipojuca/PE (Século XVIII)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representantes do período é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, se configurava como um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã, provavelmente reservado em certas ocasiões aos escravos, impedidos de circular nos mesmos espaços com os seus "senhores". Como se sabe, a segregação e a tentativa de inferiorizar os grupos subalternos fazia parte do jogo das elites da época, pois era mais um dos estratagemas que os grupos dominantes utilizavam para manter o seu domínio. Dentre da lógica da cominação a fé cristã, suas liturgias e símbolos materiais representativos eram utilizados e manipulados pelos poderosos para assegurar a manutenção da ordem social estabelecida.

Com relação às senzalas, elas eram um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja coberta era sustentada, em geral, por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos que, geralmente, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. Em alguns casos, essas habitações podiam ter inclusive divisões internas. Segundo Gomes (1997. p. 186), a técnica predominantemente empregada na construção das senzalas variou da taipa de pau a pique à alvenaria de tijolos, sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. Quanto à estrutura da coberta das

senzalas, pode-se afirmar que eram feitas em madeira e, devido à pequena dimensão dos vãos, constitui-se de tacanas perpendiculares às paredes divisórias, caibros roliços e ripas de embira. O recobrimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro.

A partir da análise da imagem abaixo, pode-se notar que aquelas antigas habitações eram construções longas que, em alguns casos, formavam simetricamente o terreiro à frente da casa-grande e da capela. O grande corpo da senzala era coberto com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Havia, segundo Menezes (2007. p. 137), poucas variantes existentes, pois esse foi, até o fim da escravidão, um modelo consagrado. Eram habitações bastante precárias, escuras, úmidas, com pouca ventilação, geralmente tinham um único acesso, onde pessoas escravizadas eram amontoadas em condições insalubres. E acabaram se cristalizando como umas das representações materiais mais perversas do abismo social perpetrado pela escravidão no Brasil.

Imagem 3 – Antiga Senzala do Engenho Tabatinga (descaracterizada e que hoje serve de moradia para trabalhadores rurais), em Ipojuca/PE (Século XVIII)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

Sob a perspectiva da história sociocultural, as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados, já que, simbolicamente, elas demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na

organização social e econômica daqueles do mundo açucareiro. Era no interior dessas construções que os escravizados descansavam após horas exaustivas de trabalho no eito. Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade por meio de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições, compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema. Ou, até mesmo, se organizavam e traçavam as suas estratégias para resistir à violência e a condição animalesca de vida imposta pela ordem social reinante.

Segundo Russel-Wood (1997. P. 85-86), "todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submisso às normas e regras estabelecidas por uma minoria branca". Portanto, no contexto do mundo colonial da América portuguesa, essa "submissão" era ensinada aos indivíduos de origem africana desde cedo, logo após a sua chegada nessas terras, seja através de horas estonteantes de trabalho quer no eito dos engenhos açucareiros ou nas áreas urbanas das vilas coloniais; ou dos inúmeros atos de violência e selvageria que eram praticados contra eles. E mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio das dificuldades, dos preconceitos e das interdições dirigidas a eles e aos seus descendentes.

Sabe-se que naquele cenário a ordem social estabelecida deveria ser didaticamente transmitida garantindo-se, dessa forma, a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. E era um dos princípios básicos da sociedade colonial: manter a paz social e o *status quo*que a minoria branca desfrutava a todo custo. A manutenção da ordem estabelecida era a certeza de que a direção econômica, religiosa, administrativa e cultural do território conquistado e colonizado permaneceria em suas mãos. E não havia, nesse universo cultural, meio didático mais eficiente para um negro, livro ou liberto, ou um desvalido qualquer compreender e assimilar as regras do jogo social do que por meio dos simbolismos cujas imagens das miserável condição de existência eram transmitidas pelas senzalas ou pelas bem adornadas construções religiosas dos engenhos e das urbes açucareiras.

Em relação às casas de produção, é importante saber que eram construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, feitos com o mesmo material, de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede a meia altura ligando-as. Aquelas construções acabaram emprestando o seu nome, "engenho", a toda a propriedade agrícola, sendo aquele partido arquitetônico, a razão de ser de toda aquela engrenagem, pois era ali onde era feito todo o processo de fabrico do chamado ouro branco. Essa apropriação feita pelo empresário do açúcar, no início da colonização, foi tão impactante que:

> O título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram, no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais, cristalizando-se como potentados rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica. (FERLINI, 2003. p. 288)

Dentro da unidade produtora do engenho, a moita tinha uma função ímpar, pois era no seu interior onde era feito a maior parte do processo de fabricação do açúcar e onde se designavam as atividades que caberiam a cada trabalhador desempenhar. Essa configuração fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu pleno funcionamento. Aquele partido arquitetônico detinha grande importância para a disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, pois todas as atenções do senhor e de seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção.

Assim, os reflexos das imagens que a grande propriedade açucareira e as urbes açucareiras com as suas igrejas, arruadas, mosteiros e conventos, foram extremamente significativos para a formação do Brasil. Além do mais, muito dos resquícios daquela atmosfera sociocultural chegaram até os dias de hoje, e estão profundamente arraigados em nossa cultural. Logo, o estudo e a compreensão das representações simbólicas que aqueles bens materiais endossavam naquele tipo de sociedade são de suma importância para compreendemos muitas de nossas mazelas sociais contemporâneas.

Ao longo de toda discussão que foi tecida até aqui, este trabalho buscou demonstrar que os partidos arquitetônicos abordados, outrora implantados no mundo açucareiro, tiveram um importante papel para o ordenamento da sociedade colonial, sobretudo pelo fato de refletirem a imagem da sociedade e da cultura de uma época. Eles foram imprescindíveis ao sucesso do projeto de hierarquização, poder e dominação implantados pelos colonizadores e seus descendentes ao longo de séculos.

No que diz respeito ao estudo e articulação entre o estudo da sociedade por meio da cultura material, Marcelo Rede (2012. p. 133-137) comenta que:

> (...) os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento.

A exposição anterior é pertinente na medida em que contribui para discutir a respeito da confrontação entre os estudos a respeito da cultura material, do espaço e do entendimento de suas relações com o contexto social em que se inserem. O texto ajuda a pensar a respeito dos sentidos conferidos a dimensão material, dos vestígios produzidos em outras épocas, pela sociedade que deles se utilizavam no passado. Além do que, demonstra de uma vez por todas que são os agrupamentos sociais que conferem sentidos a essa cultura social, indicando, ainda, que esses sentidos podem vim a variar de acordo com o espaço e o momento histórico em que esse ou aquele bem se insere.

Entende-se, assim, que o momento vivido em seus múltiplos sentidos conferidos pelas esferas sociais e culturais são basilares para empreender a leitura que uma dada sociedade faz, do que é nomeado no presente, do seu patrimônio cultural. Tomando como suporte as considerações tecidas até o momento, pode-se inferir que a inter-relação entre a cultura material, enquanto natureza discursiva, e a preocupação com os fenômenos simbólicos que a tornam inteligível dentro da cultura em que se insere, é de

suma importância para as pesquisas voltadas para o campo patrimônio a partir de suas ramificações sociais e cultuais.

Concluísse que a capela, a casa senhorial, as senzalas, arruados, moitas, igrejas entre outros, associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Eles foram a só tempo produtos, reprodutores e legitimadores de modelo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar, uma vez que delimitava o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naqueles espaços. Estando essas, portanto, aquelas construções estavam associadas aos interesses das elites e instituições do mundo do açúcar, já que garantiam a manutenção da ordem e uma pretensa harmonia social.

Fossem as construídas nas áreas urbanas ou rurais, da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, se configuravam como representantes de um poder econômico, político, religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Elas faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada, em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder. Naquela atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses enquanto grupos dominantes.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.

BARROS, José D' Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. In: **Mouseion**, n. 12, mai-ago/2012

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petropólis, RJ: Vozes, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: editora brasiliense, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.
_____. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES. Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.
http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2014/11/megaipe-na-pintura.html

MUNFORD, Levis. **A Natureza da Cidade Antiga**. In: MUNFORD, Levis. A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva. Martins: São Paulo, 2004.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUINTAS Fátima. **Cana, Engenho e Açúcar**. QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

REDE, Marcelo. **História e cultura material**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.